



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Regulamentação colectiva de trabalho

Relatório sobre a regulamentação colectiva de trabalho publicada no 1º Semestre de 2011

Estudo elaborado com base na informação disponível até 10 de Agosto de 2011

DEPT-DGERT

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Enquadramento económico

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no primeiro trimestre de 2011, o PIB registou uma quebra em volume de 0.6%, face ao período homólogo, após um aumento de 1.0% no quarto trimestre de 2010. Esta evolução reflectiu essencialmente a queda acentuada da procura interna (contributo para a variação homóloga do PIB de -3.2 p.p. após 0.1 p.p. no trimestre anterior) dado o aumento do contributo da procura externa líquida (2.9 p.p. após 0.9 p.p. no quarto trimestre de 2010). O desempenho da procura interna traduziu a queda substancial do consumo privado e público e, em menor grau, da formação bruta de capital fixo. Relativamente à procura externa, registou-se um aumento das exportações de mercadorias (18% por cento nos primeiros 5 meses de 2011) e um crescimento das importações a uma taxa relativamente inferior (10,6%), o que levou a uma recuperação do saldo negativo da balança comercial de 3,5% (aproximadamente 272 milhões de euros). Ainda neste contexto, as exportações passaram a representar 69,8% das importações, mais 4,4 p.p. face ao período homólogo do ano anterior.

Relativamente ao consumo privado, no 2º trimestre de 2011, o índice de volume de negócios no comércio a retalho, divulgado pelo INE, desceu em termos reais 6.7% face ao período homólogo do ano anterior, uma quebra 1,4 p.p. superior à registada em Abril. Para esta evolução contribuiu o agravar da redução na categoria dos bens alimentares e dos não alimentares que apresentaram decréscimos de -1,4% (0,8 p.p. superior ao de Abril) e -11,6% (2,1p.p. superior ao de Abril), respectivamente.

Os dados quantitativos disponíveis para o trimestre terminado em Junho mostram que, em termos médios homólogos¹:

- na indústria transformadora, o índice de produção teve um crescimento nulo e o índice de volume de negócios desacelerou para 7,9% (0,5% e 10,1% no 1.º trimestre, respectivamente).

¹ Informação disponibilizada pelo GPEARI, Julho de 2011, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, elaborado com informação disponível até ao dia 20 de Julho.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
 DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
 DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

- o índice de produção na construção e obras públicas agravou a quebra para 10,4% (-6,9% no 1.º trimestre de 2011).
- os índices de volume de negócios nos serviços e comércio a retalho apresentaram quebras de 4,6% e 5,6%, respectivamente, o que corresponde a um agravamento de 1,2 e 0,8 p.p., respectivamente, face os trimestre anterior.

Em Junho de 2011, a taxa de variação homóloga do **IPC** foi de 3,4%, 0.4 p.p. inferior à do mês anterior e o valor mais baixo verificado este ano, enquanto a taxa de variação média anual aumentou 0.1 p.p. para 2.9%.

No 2.º trimestre, registou-se um agravamento dos indicadores de confiança em todos os sectores, com o comércio a registar a quebra mais significativa e a construção a atingir um novo mínimo desde 1997.

Análise dos IRCT publicados

No conjunto dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT), quer negociais quer não negociais, observa-se um decréscimo face ao semestre homólogo de 2011, tendo sido publicados no 1º semestre de 2011, 101 convenções colectivas, 7 acordos de adesão, 17 portarias de extensão e 1 decisão arbitral obrigatória (vide Quadro I).

Quadro I

**Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho
 publicados nos 1º semestres de 2008 a 2011**

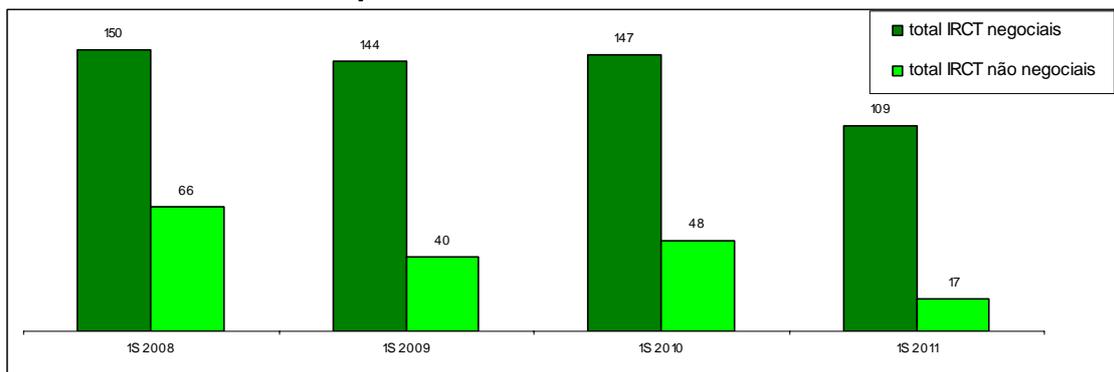
IRCT	1S 2008	1S 2009	1S 2010	1S 2011
Contratos colectivos	78	84	100	52
Acordos colectivos	14	12	18	13
Acordos de empresa	54	43	29	36
Total de convenções colectivas	146	139	147	101
Acordos de adesão	4	5	0	7
Decisões de arbitragem voluntária	0	0	0	0
Total de IRCT negociais	150	144	147	108
Decisões de arbitragem obrigatória	0	0	0	1
Portarias de extensão	66	40	48	17
Portarias de condições de trabalho	0	0	1	0
Total de IRCT	216	184	196	126

Fonte: DGERT-DERT

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Em relação ao semestre homólogo de 2010, publicaram-se menos 26,5% IRCT negociais e menos 35,7% do total dos IRCT. Podemos verificar uma tendência de diminuição dos IRCT, comparativamente com os semestres homólogos dos três últimos anos (vide Gráfico I).

Gráfico I
Total de IRCT publicados nos 1º semestres de 2008 a 2011

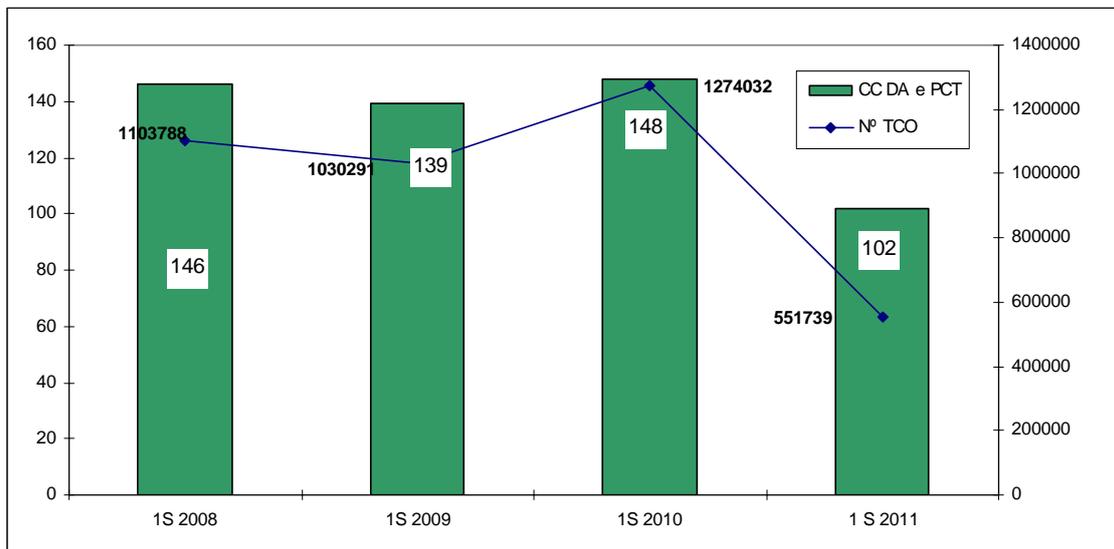


Fonte: DGERT – DERT

Neste semestre, no que concerne a convenções colectivas e decisões arbitrais (IRCT aos quais é referenciado o total de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos pelos mesmos), bem como ao referido número de trabalhadores, registou-se um decréscimo significativo nestes dois indicadores, relativamente ao semestre homólogo (vide Gráfico II).

Gráfico II

Total de convenções colectivas, decisões arbitrais e portarias de condições de trabalho publicadas e trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos nos 1º semestres de 2008 a 2011



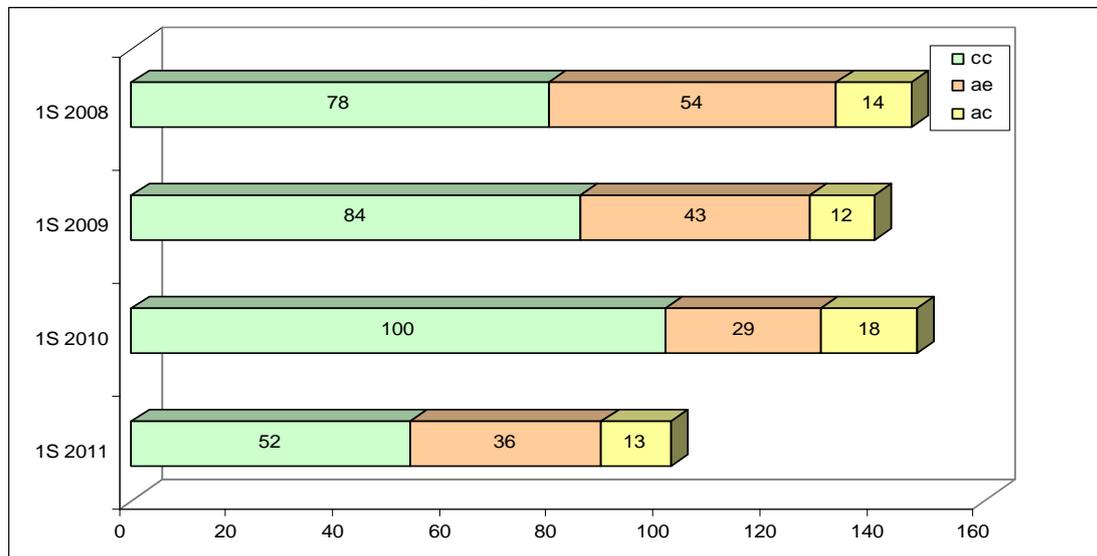
Fonte: DGERT – DERT

Tipos e subtipos de convenções colectivas

Quanto à composição por tipo de convenções colectivas, os contratos colectivos, com maior expressividade, e os acordos de empresa destacam-se relativamente aos acordos colectivos (variando entre 51,5% e 68,0% para os CC e 19,7% e 37,0% para os AE), nos 1º semestres de 2008 a 2011. No entanto, importa referir que em 2008 e em 2011 a distribuição do tipo de convenções colectivas é muito semelhante, sendo o peso dos AE 37,0% e 36,0% respectivamente (vide Gráfico III).

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Gráfico III
Tipos de convenções colectivas publicadas nos 1º semestres de 2008 a 2011



Fonte: DGERT – DERT

O subtipo de convenções colectivas publicadas durante o 1º semestre de 2011 mais representativo é o referente a alterações salariais e outras (53,5%), seguindo-se o de revisão global (16,8%) (vide Quadro II).

Quadro II
Subtipos de convenções colectivas publicadas no 1º semestre de 2011

Subtipos de convenções colectivas	Nº	%
Revisão global	17	16,8
Alteração salarial e outras e texto consolidado	16	15,8
Alteração salarial e outras	54	53,5
1ª convenção	14	13,9
Total	101	100,0

Fonte: DGERT – DERT

Importa salientar ainda um aspecto relativo ao subtipo de convenção colectiva publicada pela 1ª vez (1ª convenção) que é a sua representatividade relativa (13,9%) muito superior à dos outros semestres.

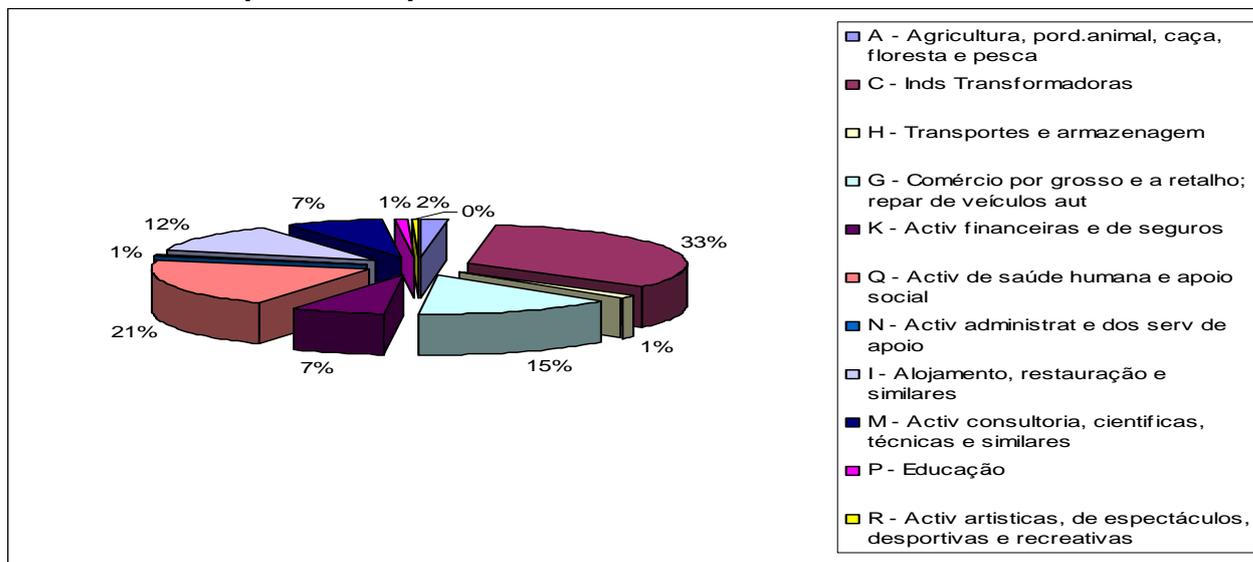
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

O total de trabalhadores dos sectores regulados pelos IRCT publicados no 1º semestre é de 551 739² (inclui a arbitragem obrigatória), assistindo-se a uma redução de 56,7% em relação ao 1º semestre de 2010.

A indústria transformadora (33%), seguida das actividades de saúde humana e apoio social (21%) foram as actividades económicas que mais se destacaram em termos de negociação colectiva (vide gráfico IV).

Os contratos colectivos publicados abrangeram sectores ou empresas com 497.934 trabalhadores,³ que representam, no 1º semestre de 2011, 90,3% do total dos trabalhadores.

Gráfico IV
Distribuição dos trabalhadores por actividades económicas abrangidas pelos IRCT publicados no 1º semestre de 2011



Fonte: DGERT – DERT

² O nº de trabalhadores referido é diferente do apurado para a informação relativa à variação intertabelas por incluir os TCO das primeiras convenções e das revisões não salariais.

³ O nº de trabalhadores referido é diferente do apurado para a informação relativa à variação intertabelas por incluir os TCO das primeiras convenções e das revisões não salariais.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Variação salarial intertabelas

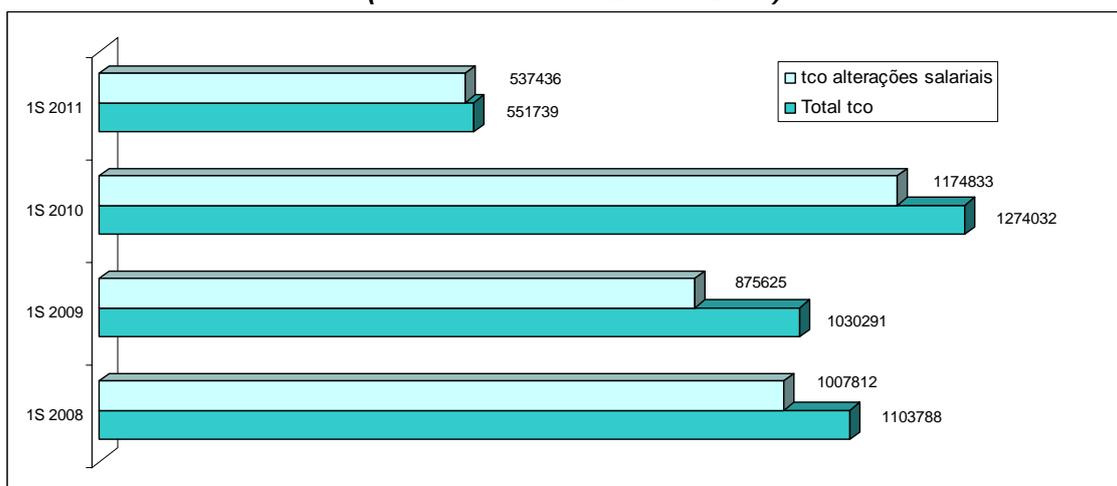
No 1º semestre de 2011 foram publicados: 52 CC, 13 AC, 36 AE e 1 Decisão Arbitral (DA), tendo sido abrangidos por alterações salariais sectores e empresas com 537.436 trabalhadores.

Tendo como referência os semestres homólogos anteriores, podemos verificar que, em 2011, se assistiu a um decréscimo significativo quer do número de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos por alterações salariais, quer do número de convenções colectivas publicadas (vide gráficos III e V).

No 1º semestre de 2011, quatro convenções colectivas abrangeram mais de metade dos trabalhadores 273.384 (50,9%), o CC Instituições de solidariedade (107.740), CC Restaurantes e similares (66.487), CC Indústria e comércio de têxteis (50.404) e o CC Industria de Madeira (48.753).

O período médio de eficácia das tabelas anteriores foi de 19,2 meses, superior ao verificado no mesmo período do ano anterior (15,8 meses).

Gráfico V
Nº de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos
(1º semestres de 2008 a 2011)

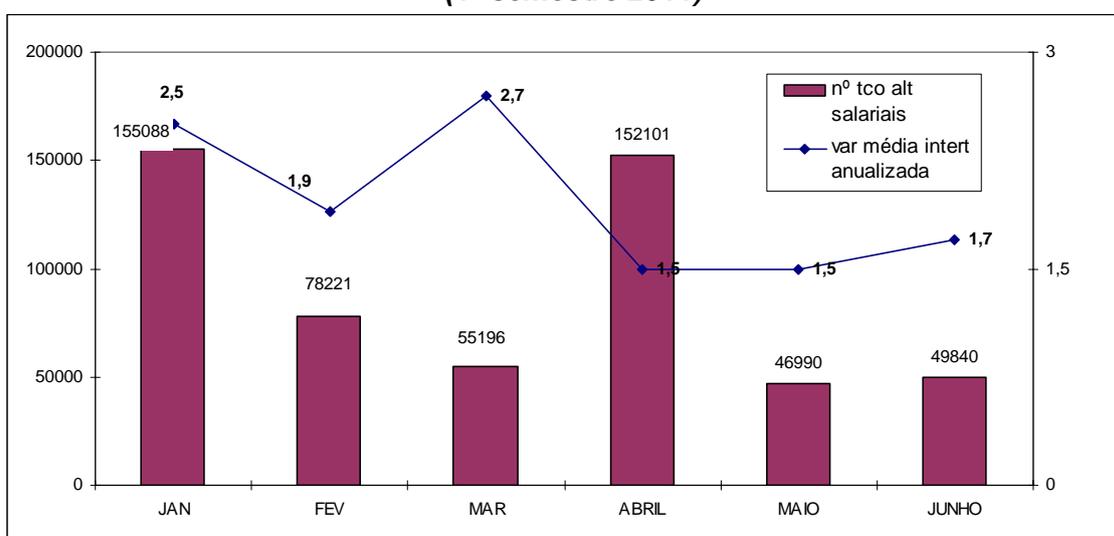


Fonte: DGERT – DERT

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

A variação média intertabelas anualizada para o conjunto dos IRCT situou-se em 2,0%, inferior à do semestre homólogo de 2010 (2,5%), tendo registado uma trajectória diferenciada ao longo do semestre, traduzindo também as variações associadas às remunerações mínimas negociadas e à RMMG (Gráfico VI).

Gráfico VI
Nº de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos por alterações salariais e variação salarial média nominal anualizada por mês (1º semestre 2011)



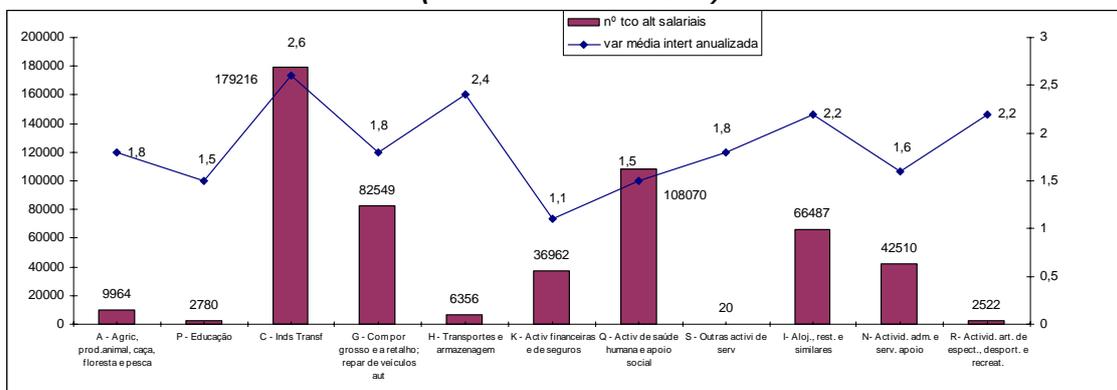
Fonte: DGERT – DERT

Os sectores de actividade que registaram maiores variações nominais foram: - as Indústrias transformadoras (2,6%), os Transportes e armazenagem (2,4%) e o Alojamento, restauração e similares e as Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas (2,2%) apresentando aumentos superiores à média (2,0%). As actividades financeiras e de seguros (1,1%) e as Actividades de saúde humana e apoio social e a Educação (1,5%) foram as que apresentaram as menores variações nominais para o período em análise (vide Gráfico IV e Quadro I em Anexo).

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Gráfico VII

Nº de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos por alterações salariais e variação salarial média nominal anualizada por sector de actividade (1º semestre de 2011)



Fonte: DGERT – DERT

A variação nominal média intertabelada para as convenções colectivas cujas tabelas anteriores tinham um ano de eficácia assumiu o valor de 1,6%, idêntico ao registado no 1º semestre de 2010 (1,6%) e inferior ao do semestre anterior (2,0%). Os trabalhadores dos sectores regulados por estas convenções representam cerca de 49,5% do total do período (vide Quadro III em Anexo).

Variação nominal e real (inflação passada e inflação prevista)

Seleccionaram-se as convenções publicadas durante o primeiro semestre de 2011 cujas tabelas salariais têm efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011 e cujas tabelas anteriores tiveram 12 meses de eficácia, que respeitam a sectores ou empresas com 50,2% do total de trabalhadores dos sectores ou empresas abrangidos pelo total das convenções publicadas no mesmo semestre (Quadro V em anexo).

Variação nominal

Em termos nominais, a variação média para o total dos IRC foi de 1,7%, sendo igualmente positiva para qualquer das actividades consideradas que tiveram acréscimos entre 1,2% e 2,1%.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

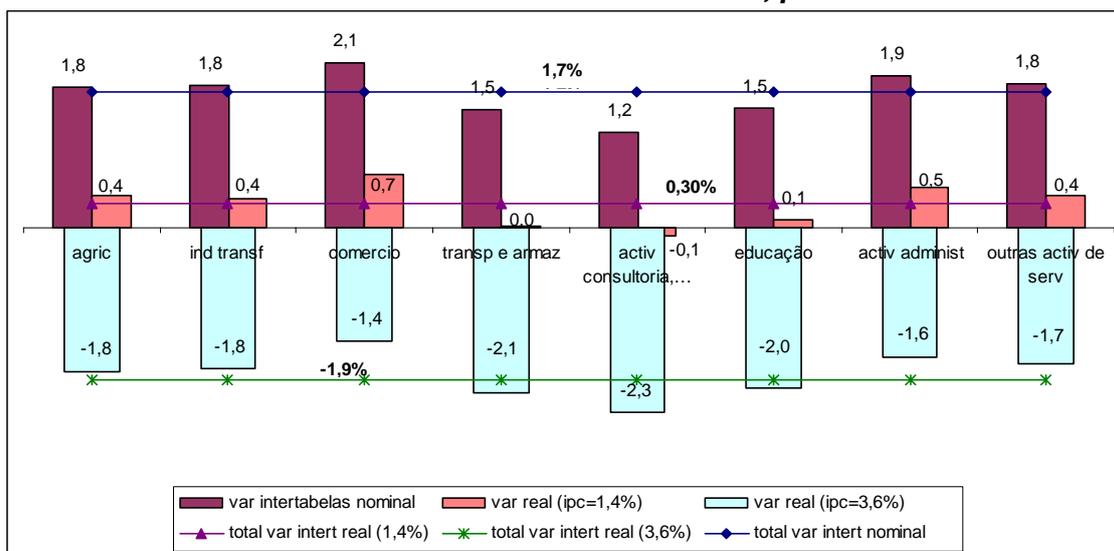
Deflação com a inflação passada

Calculou-se a **variação média intertabelas deflacionada** com o valor registado do IPC durante o período de eficácia das tabelas salariais anteriores (1,4%). Esta variação foi positiva **para o total dos IRC (0,3%)**, o que significa que as remunerações convencionais publicadas em 2011, na data do início da respectiva eficácia, tinham maior poder aquisitivo do que as anteriores no início da correspondente eficácia.

Passando à análise por actividades é de relevar que foram observadas variações médias **reais** positivas na maioria das mesmas, apresentando variações salariais entre 0% e 0,7%. Com variação negativa surgem as *Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (-0,1%).

Gráfico VIII

**Variação nominal e real (inflação passada e inflação prevista)
das tabelas salariais publicadas no 1º semestre de 2011,
com data de efeitos a 1 de Janeiro de 2011, por actividade**



Fonte: DERT-DGERT

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Deflação com a inflação prevista

Considerando os mesmos **IRC** cujas tabelas salariais têm efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, pode ser elaborado, ainda, um comparativo com **a inflação prevista para o ano de 2011 (3,6%)**.

A variação média deflacionada foi negativa, -1,9%. Pode, pois, concluir-se que a actualização salarial para estas convenções irá traduzir-se num crescimento negativo durante o seu período de vigência, assistindo-se, assim a uma perda do poder de compra, uma vez que o aumento real, em média, foi de -1,9%. De assinalar que em todos os sectores de actividade se registou uma evolução negativa das remunerações. As variações oscilaram entre -2,3% (*Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*) e -1,4% (*Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos*).

ANEXOS

Quadro I – Variação média ponderada intertabelas por sector de actividade no 1º semestre de 2011

Quadro II – Variação média ponderada intertabelas por mês (1º semestre de 2011)

Quadro III – Variação média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por sector de actividade no 1º semestre de 2011

Quadro IV – Variação média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por mês (1º semestre de 2011)

Quadro V – Convenções publicadas durante o primeiro semestre de 2011 cujas tabelas salariais têm efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011 e cujas tabelas anteriores tiveram 12 meses de eficácia

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Quadro I
Variação média ponderada intertabelas por sector de actividade
no 1º semestre de 2011

ACTIVIDADES	Número de trabalhadores	Eficácia (meses)	Variação (%)			Variação anualizada (%)		
			Intertabelas		IPC	Intertabelas		IPC
			Nominal	Deflacionada		Nominal	Deflacionada	
			1	2	3	4	5	6
TOTAL	537436	19,2	3,6	2,3	1,3	2,0	1,3	0,7
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9964	12	1,8	0,4	1,4	1,8	0,4	1,4
Indústrias transformadoras	179216	22	5,3	3,2	2,0	2,6	1,4	1,2
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	82549	27	4,7	1,7	2,9	1,8	0,7	1,1
Transportes e armazenagem	6356	17	3,7	0,7	2,9	2,4	0,5	2,0
Alojamento, restauração e similares	66487	24	4,4	2,7	1,7	2,2	1,4	0,8
Actividades financeiras e de seguros	36962	16	1,4	1,5	-0,1	1,1	1,4	-0,3
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	42510	9	1,3	-0,1	1,3	1,6	-0,1	1,7
Educação	2780	12	1,5	0,1	1,4	1,5	0,1	1,4
Actividades de saúde humana e apoio social	108070	12	1,5	2,3	-0,8	1,5	2,3	-0,8
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2522	12	2,2	3,0	-0,8	2,2	3,0	-0,8
Outras actividades de serviços	20	12	1,8	0,4	1,4	1,8	0,4	1,4

Fonte: DGERT – DERT.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Quadro II
Varição média ponderada intertabelas por mês (1º semestre de 2011)

ACTIVIDADES	Número de trabalhadores	Eficácia (meses)	Variação (%)			Variação anualizada (%)		
			Intertabelas		IPC	Intertabelas		IPC
			Nominal	Deflacionada		Nominal	Deflacionada	
			1	2	3	4	5	6
JANEIRO	155088	21,3	4,8	3,5	1,2	2,5	2,0	0,5
FEVEREIRO	78221	22,7	4,4	1,2	3,1	1,9	0,4	1,5
MARÇO	55196	33,2	7,7	4,8	2,8	2,7	1,8	0,9
ABRIL	152101	13,5	1,7	1,9	-0,2	1,5	1,7	-0,2
MAIO	46990	16,4	2,0	0,8	1,1	1,5	0,5	1,0
JUNHO	49840	12,1	1,7	-0,4	2,1	1,7	-0,4	2,1

Fonte: DGERT- DERT.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Quadro III

Variação média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por sector de actividade no 1º semestre de 2011

ACTIVIDADES	Número de trabalhadores	Variação (%)		
		Intertabelas		IPC
		Nominal	Deflacionada	
1	2	3	4	
TOTAL	266223	1,6	1,3	0,3
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9964	1,8	0,4	1,4
Indústrias transformadoras	75374	1,7	0,1	1,6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	35700	2,2	0,7	1,5
Transportes e armazenagem	2860	1,4	-0,1	1,5
Actividades financeiras e de seguros	26174	1,0	1,8	-0,8
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3089	1,9	0,5	1,4
Educação	2780	1,5	0,1	1,4
Actividades de saúde humana e apoio social	107740	1,5	2,3	-0,8
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2522	2,2	3,0	-0,8
Outras actividades de serviços	20	1,8	0,4	1,4

Fonte: DGERT- DERT.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Quadro IV

Varição média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por mês (2º trimestre de 2011)

ACTIVIDADES	Número de trabalhadores	Variação (%)		
		Intertabelas		IPC
		Nominal	Deflacionada	
1	2	3	4	
JANEIRO	34458	1,2	2	-0,7
FEVEREIRO	12083	3,1	1,7	1,4
MARÇO	6443	2,0	1,4	0,5
ABRIL	133595	1,5	1,9	-0,4
MAIO	30108	1,6	0,2	1,4
JUNHO	49536	1,7	-0,4	2,1

Fonte: DGERT – DERT.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO

Quadro V

Convenções publicadas durante o primeiro semestre de 2011 cujas tabelas salariais têm efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011 e cujas tabelas anteriores tiveram 12 meses de eficácia

Sector de actividade económica	Descrição do IRCT	Nº de trabalhadores	Variação (%)		
			Intertabelas		
			Nominal	Deflacionada	
(IPC =-1,4)	(IPC =3,8)				
Agricultura	ACT Assoc. Regantes e Benef. Vale do Sorraia e outras	427	0,3	-1,1	-3,2
	AE ALTRI FLORESTAL, SA	21	1,4	0,0	-2,1
	CCT Agricultura (Leiria, Lisboa e Santarém)	7084	2,0	0,6	-1,5
	CC Agricultura	2452	1,3	0,1	-2,2
	Total	9964	1,8	0,4	-1,8
Indústrias transformadoras	CCT Indústria moagem, trigo, milho e centeio	224	1,6	0,2	-1,9
	AE Celulose Beira Industrial, S.A.	242	1,3	-0,1	-2,2
	ACT Olarias de barro vermelho e grés decorativo	97	3,1	1,7	-0,5
	CCT Ind. conservas peixe	2020	2,0	0,6	-1,5
	CCT Ind. de panificação de Lisboa, (trab administrativos)	268			
			2,1	0,7	-1,4
	CCT Ind. panificação (Lisboa) (sectores de fabrico, expedição e vendas, apoio e manutenção)	3762	2,0	0,6	-1,5
	AE SIDUL AÇUCARES, Unipessoal, Lda	198	1,9	0,5	-1,6
	ACT LACTICOOP, UCRL;LACSER, Lda; LP, Lda; LACTICOOP, SGPS, Lda	114			
			0,9	-0,5	-2,6
	AE CELTEJO S.A.	189	1,2	-0,2	-2,3
	CCT Indústria de águas medicinais e de mesa, de refrigerantes e sumos de frutos (2IRC)	2502			
			1,0	-0,4	-2,5
	AE PORTUCEL, SA	858	1,1	-0,3	-2,4
	AE CAIMA, SA	166	1,4	0,0	-2,1
	CCT Ind. panificação e pastelaria (Norte)	10470	1,7	0,3	-1,8
	CCT Abate e ind. transf. carne aves (3 IRC)	4286	2,0	0,6	-1,5
	AE EUROPA & KRAFT Viana, S.A.	304	1,8	0,4	-1,7
			287	1,6	0,2
AE POLO - Produtos Ópticos, SA.	73	2,6	1,2	-1,0	
CCT Ind. panificação e pastelaria (fabrico, expedição e vendas, apoio e manutenção)					
		9557	1,9	0,5	-1,6
Total	35615	1,8	0,4	-1,8	
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	CCT Comércio (Aveiro) (administrativos) (2 IRC)	11786	3,1	1,7	-0,5
	CCT Comércio de carnes (Aveiro) (2IRC)	297	3,4	2,0	-0,2
	CCT Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	832	1,6	0,2	-1,9
	CCT Comércio por grosso de prod farmacêuticos	12380	1,3	-0,1	-2,2
	CCT Comércio por grosso de produtos químicos	3213	2,2	0,8	-1,4
	CCT Comércio carnes (Lisboa)	1419	0,2	-1,2	-3,3
	ACT MEAGRI, CRL e outras	544	1,4	0,0	-2,1
	AE FIBO - Fabrica ibérica de óptica	7	2,4	1,0	-1,2
	CCT Comércio por grosso de produtos químicos e farmacêuticos	832	1,8	0,4	-1,7
	Total	31310	2,1	0,7	-1,4
Transportes e armazenagem	ACT Emp. Navegação Madeirense, Lda; Mutualista Açoreana de Transportes Marítimos, SA; SACOR MARÍTIMA, SA; TRANSINSULAR SA; NAVEGAR, SA; PORTLINE, SA; Vieira & Silveira, SA	157			
			1,0	-1,3	-2,5
	ACT Auto-Estradas do Atlântico, SA ; GEIRA, SA	213	1,6	0,2	-1,9
	ACT BRISA, SA; Via Verde Portugal, SA; BRISA O & M, SA; BRISA, Inovação e Tecnologia, SA; BRISA- Cons. Infraestruturas, SA; BRISA - Eng e Gestão., SA	2331			
			1,5	0,1	-2,0
Total	2701	1,4	0,0	-2,1	
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	CCT Prestação de serviços de segurança	39421	1,2	-0,1	-2,3
Total	39421		-0,1	-2,3	
Educação	CCT Ensino condução automóvel (2 IRC)	2780	1,5	0,1	-2,0
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	CCT Serviços de merchandising	3089	1,9	0,5	-1,6
	Total	3089		0,5	-1,6
Outras actividades de serviços	AE Ass Académica de Coimbra	20	1,8	0,4	-1,7
	Total	20		0,4	-1,7
		124900	1,7	0,3	-1,9



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTO DO TRABALHO